

# **O Modelo de Pós-Pagamento nos Contratos de Plano de Saúde e a Viabilização do Direito de Extensão do Benefício Pós-Emprego**



Luciana Mayumi Sakamoto

# **O MODELO DE PÓS-PAGAMENTO NOS CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE E A VIABILIZAÇÃO DO DIREITO DE EXTENSÃO DO BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

© Almedina, 2017

AUTOR: Luciana Mayumi Sakamoto

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-85-8493-246-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Sakamoto, Luciana Mayumi

O modelo de pós-pagamento nos contratos de plano de saúde e a viabilização do direito de extensão do benefício pós-emprego / Luciana Mayumi Sakamoto. – São Paulo : Almedina, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8493-246-7

1. Assistência à saúde 2. Benefício pós-emprego 3. Direito à saúde  
4. Ex-empregado 5. Extensão do plano de saúde 6. Manutenção no plano de saúde 7. Plano de saúde coletivo empresarial 8. Planos de saúde – Leis e legislação - Brasil 9. Princípios contratuais 10. Seguro saúde I. Título.

17-09354

CDU-347.764(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Plano de saúde coletivo empresarial : Viabilização do direito de extensão do benefício pós-emprego e modelo de pós-pagamento nos contratos : Direito civil 347.764(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

AVISO: O presente trabalho não representa parecer legal ou a opinião de Pinheiro Neto Advogados sobre o assunto tratado, mas apenas de seu autor, para fins acadêmicos.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Outubro, 2017

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. “SEGURO SAÚDE” E “PLANO DE SAÚDE”: TERMINOLOGIA	17
2. A NATUREZA JURÍDICA VARIÁVEL DO CONTRATO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	21
2.1. A Estipulação em Favor de Terceiros	24
2.2. Faceta de Contrato de Prestação de Serviço	29
2.3. Essência de Contrato de Seguro	35
2.4. A Atipicidade Mista do Contrato de Plano de Saúde	45
3. A RELEVÂNCIA DO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR	53
3.1. O Início da Regulamentação do Setor	57
3.2. A Criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar	61
3.3. O Sistema Misto de Saúde Brasileiro	65
3.4. A Relevância da Coexistência dos Sistemas Público e Privado de Assistência à Saúde	77
3.5. Panorama da Saúde Suplementar	82
3.6. A experiência do Mercado de Saúde Privado	90
4. O SURGIMENTO DO DIREITO DE MANUTENÇÃO NO PLANO DE SAÚDE PÓS-EMPREGO	97
4.1. O Papel da Agência Reguladora na Saúde Suplementar	109
4.1.1. A ERA CONSU – Regulamentação do CONSU	110
4.1.2. A Atuação Regulatória da ANS	113

4.2. A Influência do Sistema de Saúde Norte-Americano no Direito à Manutenção no Plano de Saúde	123
4.2.1. O Direito de Manutenção no Plano de Saúde Pós-Emprego nos EUA	136
4.2.2. A Correlação entre o COBRA e Direito Brasileiro	143
5. OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS E A CRISE DA SAÚDE SUPLEMENTAR	145
5.1. A Relativização dos Princípios Contratuais Clássicos na Defesa do Direito à Saúde	147
5.2. O Direito à Saúde na Ótica da Função Social dos Contratos	152
5.3. A Essencialidade da Boa-Fé entre os Agentes do Contrato de Plano de Saúde	157
5.4. A Equalização do Equilíbrio Financeiro nos Contratos de Plano de Saúde	161
5.5. A Relevância do Mutualismo nos contratos de Plano de Saúde	162
6. AS NORMAS DO BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO E SUA COMPREENSÃO	169
6.1. A Saúde como um Bem Inestimável	169
6.2. A Complexidade da Análise do Ordenamento Jurídico na Atividade Jurisdicional	175
6.3. O Impacto da Flexibilização das Normas do Benefício Pós-Emprego	181
6.3.1. Aplicação do Prazo de 30 dias para o Exercício do Direito de Manutenção	184
6.3.2. (In)Dispensabilidade do Requisito Legal da Contribuição	189
6.3.3. A Composição do Pagamento Integral a ser assumido pelo Ex-Empregado	194
6.3.4. Considerações sobre o Cenário Jurisprudencial do Direito de Extensão do Plano de Saúde Pós-Emprego	205
6.4. A Busca pela Justiça das Decisões: Intervencionismo ou Função Corretiva?	210
7. CONCLUSÃO	221
REFERÊNCIAS	229
ÍNDICE	235